

Combater o Capitalismo. Ousar o Socialismo.

www.lutasocialista.org

“A esquerda deve reagir a esta crise com uma ofensiva política e com uma contra-ofensiva ideológica fundamental, sublinhando a derrota do neoliberalismo e a sua política de nacionalização dos prejuízos da especulação.”

Resolução da Mesa Nacional

E qual o conteúdo dessa contra-ofensiva ideológica, qual a substância que transforma a proclamação em prática política?

Apresentar hoje o imposto sobre as grandes fortunas sem ofensiva ideológica significará perante os portugueses que o Bloco não questiona a acumulação de capital, mas apenas a sua taxaço "justa".

Apresentar hoje proposta de maior rigor no controle dos lucros da banca privada não pode significar que o Bloco renuncia à nacionalização do sector bancário, enquanto elemento estratégico de coesão social e do desenvolvimento do país, que não pode estar ao serviço de interesses especulativos.

Apresentar hoje propostas no âmbito do Código do Trabalho não pode significar que o Bloco não discute os limites da iniciativa privada, e que não tem, nem quer ter, uma ideia alternativa sobre as relações laborais, que questione a superioridade do capital em desfavor do trabalho.

Contestar hoje a privatização de mais 7% da GALP não pode significar que o Bloco abdica da proposta de uma sociedade em que todos os sectores estratégicos são nacionalizados, e que isso inclui, além do sector financeiro, a água, a energia, a saúde, o ensino e os transportes públicos.

O Bloco tem, e bem, defendido no actual contexto sistémico medidas que atenuem a exploração capitalista, abandonando a velha retórica inconsequente, em que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores era encarada como um atraso para a revolução. Mas esta visão, a que aderimos no *Começar de Novo*, não pode levar ao esquecimento do compromisso político aí assumido, e integrado nos objectivos estatutários do partido, o de que o Bloco *"renova a herança do socialismo e inclui as contribuições convergentes de diversos cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram com a busca de alternativas ao capitalismo"*.

Conciliar esses dois discursos – um mais concreto correspondendo aos ciclos políticos e eleitorais de curto prazo, outro mais elaborado e de grande alcance, que plasme as ideias-guia do programa socialista que nos comprometemos a elaborar – é uma tarefa exigente, mas de que não podemos abdicar, sob pena de nos convertermos em mais uma peça do sistema, cuja extinção é a razão última da nossa existência como partido.

Ninguém quer regressar ao tempo da esquerda com toda a razão do mundo, mas com votos contados à décima, mas não podemos igualmente aceitar a “inevitabilidade” da conversão à lógica da democracia burguesa e abandonar o combate pela transformação social profunda.

Construir um Bloco com influência social, presente nas lutas populares e não apenas nos parlamentos é o desafio que se nos coloca no início da segunda década de vida do partido. E é este o debate que trazemos à VI Convenção.

CAPÍTULO 1

AS OPÇÕES POLÍTICAS E O PASSADO RECENTE REVISITADO

Para melhor encararmos os grandes desafios que nos estão colocados, é fundamental começar por olhar para o passado recente, nomeadamente para as análises e propostas políticas que apresentámos à V Convenção.

Ao reflectir sobre o mundo, observávamos com especial ênfase as lutas populares que um pouco por todo o mundo, mas em particular no Médio Oriente e na América Latina, mostravam cada vez mais, não apenas o descontentamento dos povos com as políticas da guerra, da pobreza e fome impostas pelo imperialismo, como a própria fraqueza das grandes potências face às revoltas e contestações.

Parecia-nos contraditório, então, que, propondo-nos ser uma alternativa socialista para o país, continuássemos no Partido da Esquerda Europeia, com partidos que integravam (como era o caso da RC na Itália), ou apoiavam (como a IU na Espanha) governos europeus que atacavam as trabalhadoras e os trabalhadores e faziam a guerra.

A experiência da RC e o castigo eleitoral que sofreu representou um atraso na construção de uma alternativa de esquerda credível na Itália e ajudou a abrir caminho para o retorno da direita ao poder. Tínhamos assim razão contra a maioria expressa na última convenção em defender a suspensão da RC do PEE como condição para a permanência do Bloco.

No plano interno, o projecto político que apresentámos estava marcado pela necessidade de derrotarmos o governo PS, o que só poderia ser obtido se, ao lado das mobilizações sociais, apresentássemos propostas claras de convergência contra as políticas neo-liberais do Governo, ao PCP, a Manuel Alegre e ao sector que representa na área do PS.

Para muitos, a proposta foi considerada deslocada, mas desde aí já se realizaram comícios conjuntos com Manuel Alegre, e até o PCP, pela voz do seu Secretário Geral, já mostrou alguma abertura para um diálogo com o BE, apesar de no recente Congresso, o Bloco continuar a merecer críticas severas - sendo caracterizado como um partido “social-democratizante” - e o discurso sobre convergências ser deliberadamente obscuro. Também aqui a razão esteve do nosso lado, dos que defenderam a necessidade de criar condições e apresentar propostas concretas de convergências à esquerda.

Também deixámos claro que, no projecto que apresentávamos, não cabiam quaisquer tipos de acordos com o governo do PS/Sócrates. Contrariando o compromisso então assumido, fez-se o Acordo de Lisboa com António Costa, que trouxe consequências negativas para o Bloco e nada de significativo melhorou na cidade.

Finalmente, reafirmámos que o BE, para ser uma alternativa socialista e de luta, tinha que estar inserido no mundo do trabalho, com uma política para construir esta opção no terreno. Continuamos a não ser, com poucas excepções, uma alternativa organizada ao PCP e ao PS no interior do mundo sindical.

Porque consideramos que os últimos dois anos reafirmaram muitas das propostas que havíamos colocado na V Convenção, pensamos que é preciso continuar esta batalha, aprendendo com o passado para construirmos um Bloco ainda mais forte.

CAPÍTULO 2.

A CRISE DO CAPITALISMO E A LUTA POR UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA

Depois de décadas em que a ideologia dominante vendeu o capitalismo como gerador de riqueza e bem-estar, está colocada uma oportunidade única para a demonstração de que o capitalismo não pode ser o “fim da história”.

2.1. O CAPITALISMO EM CRISE

2.1.1. UMA CRISE FINANCEIRA E ECONÓMICA

Iniciada por alturas do Verão de 2007, no mercado imobiliário dos EUA, a crise económica mundial deu um salto em Setembro de 2008, quando as bolsas de valores de todo mundo começaram a desmoronar e grandes bancos a falir.

Esta crise não é só financeira nem se deve apenas à falta de regulação estatal deste sector. Trata-se de uma crise capitalista clássica de superprodução, como foi a de 1929. A crise que vivemos hoje é ainda agravada pela desregulamentação, pela globalização da economia e financeirização do investimento. Estas foram as três fórmulas adoptadas pelo capitalismo, a partir da década de 70, para compensar o fim do crescimento económico do pós-guerra e a consequente tendência à queda dos lucros. Mas, desta forma, o sistema só conseguiu adiar e tornar mais violento o eclodir de uma crise que veio para durar e parece incontrollável.

2.1.2. O ESTADO INTERVÉM NA ECONOMIA PARA SALVAR OS BANQUEIROS

A resposta dos governos dos EUA e da Europa à crise tem sido justamente o inverso do que têm proclamado em defesa do neoliberalismo: intervenção do Estado na economia, com a compra de acções da Banca e injeção de biliões nos mercados financeiros.

Nos EUA, o Estado entrou no capital de alguns dos maiores bancos através da compra de acções preferenciais com parte dos 700 mil milhões de dólares (o equivalente aos gastos nos 5 anos de guerra no Iraque) em apoios governamentais do Plano Bush/Paulson aprovado pelo Congresso. Já no conjunto da UE, a ajuda dos vários governos e do BCE à Banca, para evitar o colapso do sistema financeiro, já totalizava, em Outubro, quase 2 milhões de milhões de euros, dos quais 20 mil milhões em Portugal.

No nosso país o BPN foi recentemente nacionalizado, com o Estado (e por consequência os contribuintes) a pagar o buraco financeiro de 400 milhões de euros que os banqueiros fizeram voar para outras paragens. Esta situação e os projectos do governo são escandalosos, pois hoje utilizam a “nacionalização” (leia-se a utilização do dinheiro público) para salvar o que os ex-governantes do PSD fizeram, preparando-se para a seguir engordar os banqueiros voltando a privatizar. As justificações para a ajuda ao banco dos especuladores, o BPP, são ainda mais vergonhosas.

Assim, fica mais clara a perspectiva da burguesia nacional e internacional: nacionalizar os prejuízos e privatizar os lucros!

2.1.3. UMA CRISE PARA DURAR: A RECESSÃO ATINGE O CENTRO DO CAPITALISMO

Contudo, a intervenção estatal, por mais dinheiro que injecte na Banca e no mercado financeiro, tem sido inútil, pois não estancou a crise. Pelo contrário, esta continua nos mercados financeiros, alastrando-se à “economia real”. As consequências são catastróficas a nível social: fecho de empresas, desemprego, pessoas desalojadas, aumento do endividamento das famílias, queda generalizada do nível de vida, aumento dos preços dos bens essenciais. A recessão económica é hoje uma realidade nos EUA, na Europa e no Japão.

Os países ditos emergentes (China, Índia, Brasil, etc.), apressadamente diagnosticados como imunes à crise, já perceberam que estarão no mesmo barco. Com a redução do consumo e, portanto, da importação dos EUA e da Europa, a produção nos países emergentes, irá reduzir-se. Na complexa teia da globalização económica, não há excepções à crise.

2.1.4. OS TRABALHADORES PAGAM A CRISE

As consequências imediatas da crise para os trabalhadores e a maioria da população têm sido o aumento do desemprego e do custo de vida, agravado pelo aumento dos juros e dos combustíveis.

A taxa de desemprego na Zona Euro subiu para em 7,7% em Outubro, com estimativas oficiais de 12 milhões de pessoas sem emprego. Uma grande parte da mão-de-obra afectada é imigrante, a maioria sem visto e, portanto, sem direito ao subsídio de desemprego e desprotegida e elementares direitos humanos.

O aumento da pobreza e das desigualdades são as principais consequências directas da crise: calcula-se que 43 milhões de cidadãos da UE correm o risco de não poderem comprar diariamente alimentos necessários à sua sobrevivência.

OS NOSSOS COMPROMISSOS

A batalha da esquerda socialista é denunciar não apenas a face mais “selvagem do sistema” mas a sua própria natureza, bem como todos aqueles que, no momento da crise profunda, lhe dão a mão para o salvar. É preciso criar alternativas ao capitalismo e para tal é preciso pôr o dedo na ferida e recuperar a tese da impossibilidade de reconciliar capital e trabalho. É altura de passar à ofensiva não apenas na propaganda mas nas propostas ousadas. É preciso levantar de novo a ideia do socialismo.

2.2. O CAPITALISMO EM GUERRA CONTRA OS POVOS E O PLANETA

2.2.1. A RAPINA DO IMPERIALISMO E A RESISTÊNCIA NO MÉDIO ORIENTE

A crise capitalista explode enquanto o imperialismo americano e europeu mantêm as suas tropas de ocupação em vários cenários de guerra. A guerra e a exploração económica dos países do chamado Terceiro Mundo são necessárias para garantir os lucros das grandes potências mundiais.

No Iraque, já são 1,2 milhões de civis mortos desde o início da invasão. No Afeganistão, de Janeiro a Agosto de 2008, 1.445 civis morreram, cerca de 40% a mais que nos oito primeiros meses de 2007, segundo a ONU.

Contudo, o genocídio praticado pelos invasores não consegue derrotar a resistência dos povos iraquiano e afegão.

Este quadro de genocídio praticado pelo imperialismo inclui também a Palestina, onde Gaza se transformou num verdadeiro campo de concentração controlado por Israel, que mantêm a sua política de implantação de colonatos na Cisjordânia e terror sobre a população.

2.2.2. NOVA PRESIDÊNCIA DOS EUA: MUDAR, PARA FICAR TUDO NA MESMA

Depois da vitória de Barack Obama, muitos acreditam numa mudança na política interna e externa dos EUA. Na realidade, Obama anuncia uma mudança tática na guerra, transferindo as tropas do Iraque para o Afeganistão, com a ameaça de a qualquer momento voltar se os interesses americanos estiverem em causa. Assim, apesar da anunciada “mudança”, as guerras pelos recursos estratégicos do Médio Oriente irão continuar, com um discurso um pouco diferente, sob a alçada da NATO ou da ONU. **A recondução do Secretário da Defesa de Bush, Robert Gates, é sintomática de quão “longe” irá a alteração da política imperialista americana.**

Também no campo económico, Obama não representará a mudança que alguma esquerda esperaria. Ainda como candidato, respondeu prontamente ao apelo de Bush e da burguesia americana para apoiar os banqueiros no âmbito do Plano Bush/Paulson.

2.2.3. PORTUGAL TAMBÉM É UMA FORÇA MILITAR OCUPANTE

Portugal continua a participar de algumas das ocupações militares, entre as quais no Afeganistão, Líbano, Timor e Kosovo. Para a esquerda socialista não pode ser aceitável a manutenção de tropas portuguesas em qualquer cenário de guerra ou ocupação, seja sob a égide da NATO ou da ONU. Esta tem que ser uma bandeira do Bloco de Esquerda.

2.2.4. O CAPITALISMO PREDADOR DO PLANETA

A nível ambiental, o capitalismo tem vindo a mostrar cada vez mais o seu carácter predatório dos recursos naturais e de destruição do planeta.

Contudo, não acreditamos que o chamado “capitalismo verde” vá solucionar a insustentabilidade ambiental. Somos socialistas e enquadrámos os principais problemas ambientais no sistema económico-social e cultural em que vivemos.

Por isso não aceitamos a tentativa de responsabilizar os indivíduos pela destruição ambiental, esquecendo que o principal responsável é o capitalismo.

Consequentemente, não separamos a luta da defesa do planeta, da luta pela justiça social e pela superação deste sistema, e recusamos as políticas ambientais que passem para os mais pobres os custos ambientais originados pelo consumismo e exploração desenfreada levada a cabo pelos mais ricos.

OS NOSSOS COMPROMISSOS

(a) O BE defenderá, quer no plano institucional, quer na mobilização popular, a imediata retirada das tropas imperialistas de todos os países ocupados bem como o fim da intervenção de tropas.

(b) O BE defenderá a saída imediata de Portugal da NATO e continuará a pugnar pelo fim das suas bases militares em Portugal e na EU, e pelo desmantelamento da NATO.

(c) O BE realizará uma grande campanha nacional contra as alterações climáticas e a carestia de vida, que ganhe as pessoas para a causa ambiental, associando-a à luta por um novo modelo social de produção.

2.3. POR UMA EUROPA DOS POVOS, CONTRA O DIRECTÓRIO

2.3.1. UMA EUROPA CONSTRUÍDA CONTRA OS TRABALHADORES

A União Europeia tem vindo a ser construída contra os trabalhadores e os povos da Europa, em particular através dos ataques ao Estado de Bem-estar social, aos direitos laborais, ao poder de compra, ao património estatal - que continua a ser privatizado - e à exploração de mão-de-obra imigrante. O Pacto de Estabilidade e Crescimento proporciona mais lucros para poucos, à custa da exploração da maioria.

No contexto de crise actual, a necessidade do capitalismo europeu manter as taxas de lucro das suas empresas deu corpo a mais dois grandes ataques aos trabalhadores e povos da Europa: a aprovação de nova legislação no âmbito laboral que prevê a possibilidade de extensão do horário de trabalho até às 65h semanais, retrocedendo-se ao século XIX em matéria de direitos laborais, e a Directiva de Retorno e leis de imigração cada vez mais duras, que tornam mais precárias as condições dos imigrantes.

Facilita-se, assim, a sua exploração e chantageiam-se os governos africanos reticentes a aceitar acordos de livre comércio com a UE. Alimenta-se ainda o racismo e a xenofobia, associando a imigração ao desemprego, à violência e até ao terrorismo, no caso dos imigrantes muçulmanos.

Quando se começaram a notar os efeitos da crise económica, em vez de reduzir a jornada laboral, proibir horas extra, reduzir a idade da reforma, para garantir os postos de trabalho e os salários, a UE que prometia avanços sociais com o capitalismo e proclamava a morte do socialismo, percorreu o caminho inverso: o da destruição dos direitos dos trabalhadores para garantia dos benefícios dos patrões.

2.3.2. UMA EUROPA CADA VEZ MAIS ANTIDEMOCRÁTICA

É no contexto desta crise profunda do capitalismo e no âmbito dos ataques às trabalhadoras e aos trabalhadores da UE que devemos compreender o crescendo antidemocrático, mais recentemente reafirmado com o Tratado de Lisboa. Como sempre na História, a falta de democracia serve para poder explorar mais e impedir que os povos, dando a sua opinião, ponham em causa a ofensiva levada a cabo contra os seus direitos.

O novo tratado, atravessa nova crise com a vitória do “Não” no Referendo na Irlanda. O seu objectivo é o mesmo do anterior – “constitucionalizar” o neoliberalismo e o militarismo.

2.3.3. CRECEM AS LUTAS CONTRA A EUROPA DO CAPITAL

A crise económica, a guerra e os ataques aos direitos dos trabalhadores têm sido contestados em todo o mundo. Na Europa assistiu-se nos últimos dois anos a uma radicalização da mobilização social.

Em França e na Grécia têm lugar grandes greves e mobilizações na área dos transportes e da educação, em defesa das reformas, contra a redução de postos de trabalho e por aumentos salariais para os funcionários públicos. Na Alemanha e em Inglaterra foram os sectores dos transportes e da educação e função pública a protagonizar mobilizações como já não se viam há décadas. Mais recentemente, em Outubro, uma manifestação protestou em Barcelona contra a Directiva das 65 horas semanais, e uma gigantesca greve geral paralisou a Bélgica em defesa do poder de compra. No mesmo mês em Itália, uma greve geral paralisou os transportes, saúde, ensino e administração pública contra a política do governo Berlusconi. "Não seremos nós a pagar pela vossa crise" foi um dos principais lemas da manifestação.

2.3.4. CONSTRUIR A ESQUERDA EUROPEIA: COM OS GOVERNOS DA BURGUESIA OU CONTRA ELES?

Os trabalhadores e a população não colocaram em xeque apenas as políticas neoliberais aplicadas pelos governos da UE, mas também deram uma resposta clara à política de participação ou apoio a esses governos promovida por alguns partidos da esquerda, como a IU em Espanha e a RC em Itália.

O caso da RC foi o mais exemplar: depois de participar do governo Prodi, sustentando as suas políticas de ocupação militar no Afeganistão e os ataques aos direitos dos trabalhadores italianos, foi chumbada nas urnas pela população. A traição da coligação Prodi-RC custou caro aos trabalhadores italianos, porque abriu caminho à vitória da direita, com o retorno de Berlusconi ao poder.

Apesar destas lições, há uma constante tentativa por parte de sectores da esquerda em apoiar governos burgueses liderados pela social-democracia ou similares.

O mais novo e importante protagonista desta política é o Die Linke (A Esquerda), partido alemão que pertence ao PEE. Hoje o Die Linke participa numa coligação com o SPD no governo de Berlim e, no contexto desse governo local, em Março de 2008, colocou-se contra a greve dos transportes na cidade, que reivindicava aumento salarial.

No último Congresso do PEE, os partidos membros decidiram colocar no topo da direcção o Die Linke, a RC e a IU, deixando bem claro quais são as correntes dominantes nesta organização, que um dia pretendeu ser uma alternativa política de esquerda na Europa.

2.3.5. O BE E A ESQUERDA EUROPEIA: COM O PEE OU POR UMA ALTERNATIVA ANTICAPITALISTA?

Ao Bloco cabe decidir se vai persistir na permanência no PEE. Certamente que cabe a cada partido definir a sua orientação política nacional, mas não é menos certo que cabe às e aos aderentes do Bloco decidirem se querem estar colectivamente filiados numa organização cujos membros mais proeminentes contrariam com a sua prática uma política anticapitalista.

Entendemos que esse não é caminho para um europeísmo que se quer verdadeiramente anticapitalista, sendo este PEE um travão às lutas dos povos europeus e ao projecto socialista do BE.

OS NOSSOS COMPROMISSOS

(a) O Bloco de Esquerda defenderá, no quadro das eleições para o Parlamento Europeu, um programa anticapitalista para combater a crise. O BE sustentará a necessidade não apenas de uma refundação democrática da Europa, mas a construção de uma Europa socialista, dos trabalhadores e dos povos, contra a UE do directório e do capital.

(b) O Bloco de Esquerda desvincula-se do PEE, um partido que já comprovou a sua completa inutilidade para propor uma estratégia de mobilização e luta independente dos trabalhadores contra os patrões na EU, e a sua vocação, através dos seus principais partidos, para servir de suporte para a social-democracia em crise e as suas políticas neoliberais. O BE contribuirá para a criação de um movimento da esquerda europeia em ruptura com o capitalismo e a social-democracia, em conjunto com as organizações que na Europa se têm reunido nas Conferências Anticapitalistas.

CAPÍTULO 3.

NO PAÍS EM CRISE, CRESCE A CONTESTAÇÃO AO GOVERNO

O governo de Sócrates ataca os trabalhadores e protege os banqueiros e os patrões.

3.1. NO PORTUGAL EM CRISE, SÓCRATES CONTINUA A OFENSIVA LIBERAL

3.1.1. PORTUGAL NÃO FOGE À CRISE

Em Portugal, a crise económica também derrubou a Bolsa e levou a medidas para salvar a banca, como os 20 mil milhões de euros oferecidos pelo governo. A Comissão Europeia prevê que Portugal entre em recessão técnica no final de 2008, assim como o conjunto dos países da União Europeia a 27.

No entanto, ao contrário de países como Espanha, a crise em Portugal não começa agora, pois mal chegámos a sair da crise anterior, numa acumulação grave de desemprego, desigualdades sociais, precariedade, dificuldades de acesso aos serviços públicos e perdas salariais e de poder de compra constantes nos últimos anos.

Sócrates pretende colocar-se como o “salvador” do país perante a crise internacional, mas as saídas para a crise são mais do mesmo: garantir os lucros dos banqueiros e patrões, à custa do sofrimento das trabalhadoras e dos trabalhadores.

3.1.2. A CRISE ECONÓMICA AGRAVA A CRISE SOCIAL

Os problemas mais graves cujos efeitos são causados ou agudizados pela crise económica em Portugal são o desemprego, a perda de poder de compra dos salários e os juros altos – sendo a recente tendência para baixar insuficiente para atenuar os efeitos perversos nas prestações do crédito à habitação e no aumento do custo de vida em geral.

Embora a taxa oficial de desemprego ainda não tenha reflectido a crise, a tendência é para a sua subida nos próximos tempos. Por outro lado, sabemos que o desemprego real é muito mais alto que o valor oficial. Esta realidade, combinada com salários entre os mais baixos da Europa, com uma precariedade crescente e um subsídio de desemprego que abrange cada vez menos trabalhadores, cria uma grave crise social, em que perto de 2 milhões de portugueses vivem abaixo do limiar da pobreza.

Em Portugal, em Julho de 2008, 49,5% das famílias tinham empréstimos para habitação. Com o aumento dos juros, o número médio de anos necessários para pagar este empréstimo passou de 31 para 45 anos, ou seja, mais do que a vida activa da

maioria das portuguesas e dos portugueses. À custa destes aumentos, muitas famílias têm já sido obrigadas a abandonar as suas casas.

Outro elemento explosivo que se combinou com a crise económica foi o aumento dos combustíveis, que em Portugal atingiu níveis superiores ao dos demais países europeus, com consequências gravíssimas na subida dos preços dos alimentos, dos transportes e na diminuição constante do nível de vida.

Mesmo a recente tendência para a queda nos preços internacionais do petróleo não tem apresentado um efeito equivalente no país, onde os preços dos combustíveis permanecem muito altos, afectando diversos sectores da economia, e mesmo quando baixam não se vê o reflexo no custo dos bens produzidos.

3.1.3. GOVERNO SÓCRATES: QUATRO ANOS DE ATAQUE AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E AOS TRABALHADORES

Os quase quatro anos de mandato de Sócrates foram anos de ataque aos trabalhadores, aos reformados e à maioria da população portuguesa. Os principais ataques têm-se concentrado na Função Pública (congelamento da progressão nas carreiras, redução de postos de trabalho, fim da contratação colectiva), na Segurança Social (aumento da idade da reforma e redução do valor das pensões), no Sistema Nacional de Saúde (fecho de urgências, maternidades e SAPs e aumento das taxas moderadoras) e no sistema de Educação pública, com principal alvo nos professores (Estatuto da Carreira Docente, avaliação dos professores, novo modelo de gestão). Todas as reformas levadas a cabo nestas áreas têm-se pautado pela degradação dos serviços públicos de forma a favorecer o surgimento de serviços privados, bem como pela redução de funcionários e das suas possibilidades de progressão na carreira.

Com o novo Código do Trabalho, Sócrates continuou a sua política de reduzir os direitos dos trabalhadores, com mais precariedade laboral, mais horas de trabalho (flexibilização dos horários e “Banco de horas” até às 60h semanais), menos direitos (ataques à contratação colectiva, maior facilidade nos despedimentos) e uma maior desvantagem legal do trabalhador perante o patrão em caso de conflito judicial.

Assim, em tempos de crise, apesar de Sócrates se vangloriar de manter o aumento do salário mínimo nacional, na realidade rouba a população através de políticas sistemáticas que criam mais instabilidade e desprotecção no trabalho e no desemprego.

Ao mesmo tempo que o governo favorece uma política de serviços privados de qualidade para os ricos, os serviços públicos estão cada vez mais degradados para os pobres, aprofundando o fosso de desigualdade social, que já é das maiores da UE.

3.1.4. UMA JUVENTUDE MAIS PRECÁRIA NO ENSINO E NO TRABALHO

A juventude é hoje um dos sectores que mais paga – e pagará no futuro – a factura das políticas liberais do Governo. No Ensino superior com a constante diminuição no financiamento público e o brutal aumento de propinas, agravado pela política privatizadora de Bolonha e do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES); no ensino básico e secundário, com o Estatuto do Aluno, e o aprofundar do autoritarismo com a nova figura do director.

Se na destruição do ensino público se hipoteca uma maior igualdade de oportunidades no futuro, a precariedade generalizada nos contratos, nos salários, nos direitos (no trabalho e no desemprego) põe em causa um futuro melhor para toda uma geração.

3.1.5. O LIBERALISMO E O CONSERVADORISMO ATACAM OS SECTORES MAIS OPRIMIDOS

Apesar da propaganda governamental em torno da despenalização do aborto, a política liberalizadora de Sócrates aprofunda a desigualdade entre homens e mulheres, continuando estas a ser as mais afectadas pelas políticas da precariedade, do desemprego e pela pobreza, bem como as mais sobrecarregadas pela inexistência de serviços públicos de qualidade e pela insegurança e desprotecção nos seus direitos de maternidade.

Em relação às imigrantes e aos imigrantes, o governo continua a dificultar a sua legalização, mantendo-os como mão-de-obra barata e descartável, sempre sujeita às rusgas promovidas pelo SEF e PSP. A perseguição policial também continua a oprimir os moradores dos bairros pobres da periferia das grandes cidades, ao mesmo tempo que a política de degradação social do Governo favorece o crescimento da xenofobia e do racismo.

Finalmente, apesar de propagandear o facto de ser de esquerda, ao continuar a impedir o casamento e adopção de crianças por homossexuais, o governo do PS

mostrou mais uma vez que não estava verdadeiramente disposto a defender os segmentos sociais discriminados e os seus direitos.

3.2. NAS LUTAS E NAS ELEIÇÕES: CONSTRUIR A ALTERNATIVA PARA COMBATER O GOVERNO SÓCRATES

3.2.1. CRESCE A CONTESTAÇÃO A SÓCRATES

A contestação ao governo Sócrates ganhou força nos últimos dois anos. A oposição popular ao encerramento de unidades do SNS forçou Sócrates a deixar cair Correia de Campos e a substituí-lo por uma figura próxima de Manuel Alegre. A função pública e os trabalhadores em geral têm saído à rua em enormes mobilizações para contestar os ataques contra eles feitos. A CGTP convocou para a luta centenas de milhares de trabalhadores, sendo por vezes a própria direcção sindical surpreendida com a dimensão das manifestações.

Mas o facto mais interessante nas diversas mobilizações tem sido o crescimento da iniciativa da base face às suas direcções, nomeadamente através de movimentações não enquadradas, de cariz diverso, como as dos professores, pescadores e camionistas.

A luta das professoras e dos professores tem sido das mais fortes e radicalizadas no último período, com mobilizações da quase totalidade desta classe profissional. Defendemos a demarcação dos professores do Bloco da capitulação que significou a subscrição do Memorando de Entendimento entre a FENPROF e o governo Sócrates, em rota de colisão com a vontade expressa de milhares de professores.

Apesar do pacto assinado pelos sindicatos com o governo, e não obstante a inércia da frente sindical no início do ano lectivo 2008/2009, os professores reiniciaram o movimento de protesto. Muitas escolas decidiram a suspensão da avaliação e uma nova mobilização em Lisboa, a 8 de Novembro, quebrou o recorde de 8 de Março, com 120.000 professores nas ruas.

Foi a pressão da base, expressa também pelos movimentos independentes de professores, que forçou a Plataforma Sindical/Fenprof a convocar esta última manifestação, a que aderiram os movimentos, e desenvolver novas acções de luta. Apenas com intervalo de uma semana a manifestação convocada pelos movimentos para 15 de Novembro demonstrou que existe um vasto sector de professores que defendem a radicalização das formas de luta.

A elevadíssima adesão das professoras e professores à greve de 3 de Dezembro comprovou que os sindicatos foram timoratos na condução da luta.

3.2.2. A RADICALIZAÇÃO POLÍTICA DO PAÍS FAZ SURGIR NOVAS MOVIMENTAÇÕES

A nova iniciativa das bases na contestação ao governo, como a dos professores, é a marca de uma situação política cada vez mais radicalizada, em que o Governo e as burocracias sindicais vão perdendo capacidade de controlar as mobilizações. Ao mesmo tempo, a crescente contestação ao governo PS fez surgir novas movimentações à esquerda.

A contestação a Sócrates dentro do PS ganhou formas mais explícitas, com Manuel Alegre à frente desse processo, que teve como momentos destacados as votações contra o Código Laboral e a favor dos casamentos homossexuais. Alegre tem-se também mostrado aberto a convergências à esquerda com o BE, de que foram exemplo o comício Abril e Maio e um novo acto conjunto a realizar em Dezembro, o Fórum sobre Serviços Públicos, agora com a significativa participação de Carvalho da Silva.

Apesar das votações divergentes e das iniciativas unitárias com o BE, é possível, no entanto, que Alegre e os contestatários do PS mantenham o apoio a Sócrates nas próximas eleições legislativas, voltando a integrar as listas do PS, o que garantiria a Sócrates capitalizar votos à esquerda.

No caso de Alegre romper com Sócrates, como ultimamente tem deixado transparecer, é necessário que o Bloco, em todas as propostas e iniciativas comuns, deixe claro que a unidade só faz sentido se tiver como base um programa claro de alternativa anticapitalista.

3.2.3. A UNIDADE DA ESQUERDA COMO UMA NECESSIDADE DE ALTERNATIVA AO GOVERNO

Apesar das convergências episódicas, continua sem surgir à esquerda do PS qualquer tipo de entendimento que sugira uma real alternativa de governação, com um programa de oposição à deriva capitalista.

O Bloco deve afirmar com clareza a sua disponibilidade para participar na construção de alternativas, colocando como essencial que as convergências à esquerda sejam sempre em alternativa a um governo Sócrates, mesmo que minoritário após as próximas legislativas, e subordinadas a um programa de ruptura com as políticas de

direita, programa esse que deve ser apresentado de forma clara e inequívoca aos portugueses. Sem esse programa, sem a materialização de propostas concretas, todos os apelos às convergências não passarão de retórica, que em nada contribuirá para uma significativa mudança na política nacional.

As forças pró-capitalistas não têm qualquer pudor em gizar alianças táticas, colocando como valor estratégico a defesa e perpetuação do sistema. Isso mesmo foi comprovado no passado com os governos PS/CDS e PS/PSD, e possivelmente será repetido se nenhum dos partidos do “centrão” alcançar a maioria absoluta em 2009.

No quadro político nacional não reconhecemos à direita e ao PS o monopólio da unidade, enquanto à esquerda se persiste na divisão que impossibilita a constituição de alternativas políticas viáveis.

Sendo certo que as circunstâncias em que vem sucedendo o debate político à esquerda não suscitam a hipótese de convergências eleitorais para 2009, importa que o Bloco clarifique que não tem como questão irrevogável a apresentação a todas as eleições de listas próprias, estando o partido aberto a convergências eleitorais no futuro, sempre com absoluta autonomia das partes e completa clarificação programática.

3.2.4. O PERIGO DAS ALIANÇAS POLÍTICAS SEM UM PROGRAMA CONTRA O GOVERNO

Do PCP, vêm sinais contraditórios, aparecendo agora, no seu Congresso, fechado sectariamente num suposto purismo ideológico e a cerrar portas a todos os entendimentos que ultrapassem o seu espaço de sempre. Manuel Alegre mantém um diálogo aberto com o BE, mas vota favoravelmente o Orçamento de Sócrates. É, pois, fundamental a clarificação programática das alianças que pretendemos constituir.

Não aceitamos convergências ambíguas face ao governo Sócrates, ou muito menos que venham a ser uma unidade muleta dum qualquer governo minoritário do PS.

A manutenção de uma política de convergência com Alegre, sem que este rompa com o seu apoio ao Governo e sem uma clarificação programática, colocaria o BE comprometido com uma política mais recuada e indirectamente ligado à área governamental. Esta questão é particularmente relevante quando é bastante provável que, não rompendo com Sócrates, Alegre possa vir a lançar uma candidatura presidencial apoiada pelo PS, lançando um repto ao BE e ao PCP para apoiarem o candidato da esquerda contra Cavaco.

Neste contexto, o Bloco não apoiará qualquer candidatura do PS, mesmo que esta seja encabeçada por Alegre, pois a unidade da esquerda deverá servir para combater o governo e as suas políticas, e não para o sustentar.

Ao mesmo tempo, não poderemos continuar a ter uma atitude passiva face ao PCP e a deixar para segundo plano acções convergentes. O PCP, independentemente das divergências ideológicas que com ele temos (e que também temos com Alegre), é um partido de oposição ao governo Sócrates e com uma inserção central na classe trabalhadora, pelo que qualquer convergência para combater o governo não pode deixar de ter um apelo claro a este partido.

Sem com isso escondermos a nossa oposição a políticas do PCP, nomeadamente de domínio sobre o movimento sindical, que encara como um instrumento, assente em direcções burocráticas e na contenção das lutas, adoptando calendários e interesses estranhos às mobilizações.

OS NOSSOS COMPROMISSOS

(a) O Bloco deve tomar a iniciativa no apelo a convergências de esquerda para combater o Governo PS, nas lutas pelos serviços públicos, por direitos laborais, por uma saída anticapitalista para a crise.

(b) O Bloco de Esquerda apresentará candidaturas próprias às eleições legislativas de 2009, com base num programa contra a crise. Esse programa anticapitalista, que recupere a consigna “Os ricos que paguem a crise”, deve ser apresentado sem tibiezas ou cálculos eleitoralistas, porque a força do Bloco não pode assentar no desvio ou ocultação da sua luta pelo socialismo.

O BE defenderá como parte do programa para as eleições legislativas medidas para a superação da crise:

- Nacionalização da banca, sem indemnização e com gestão sob o controlo dos trabalhadores.*
- Renacionalização da GALP e do sector energético, como condição para que os preços dos combustíveis e da energia sejam controlados pelo estado.*
- Fixação e redução drástica das taxas de juros e reformulação dos contratos de crédito à habitação.*
- Redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais, sem redução do salário, para que haja mais emprego.*

- *Congelamento dos preços dos bens de primeira necessidade, impedindo que a inflação reduza ainda mais o poder de compra.*
- *Aumento geral de salários e pensões que reponha as perdas provocadas pela inflação. Aumento progressivo a curto prazo do salário mínimo nacional para 600 euros.*
- *Revogação do Código do Trabalho, fim dos falsos recibos verdes e efectivação dos trabalhadores temporários ao fim de um ano.*

(c) O BE não viabilizará qualquer governo PS, através do apoio directo ou indirecto.

3.3. COMBATER O PS E A DIREITA NAS AUTARQUIAS

3.3.1. O TRABALHO AUTÁRQUICO DO BE

O balanço do trabalho autárquico do Bloco revela realidades muito desiguais, resultantes das dinâmicas próprias, porque não foi até agora estabelecida a necessária coordenação e acompanhamento do trabalho das e dos nossos autarcas, quer ao nível da direcção nacional quer das coordenadoras locais. Das eleições autárquicas de 2005 resultou a presença do Bloco em diversas assembleias municipais e de freguesia. Além de Sá Fernandes, o Bloco elegeu vereadores no Entroncamento e na Moita, e mantém a Câmara de Salvaterra de Magos, através de um compromisso político com um conjunto de independentes que já antes dirigiam o município eleitos pela CDU.

3.3.2. O ACORDO DE LISBOA E O BE FACE AO PODER AUTÁRQUICO

O caso da Câmara de Lisboa merece particular atenção, quer pela notoriedade nacional que assume, quer porque, pela primeira vez, o Bloco estabeleceu um acordo de poder a nível autárquico. O balanço do Acordo é negativo e a perda de credibilidade de Sá Fernandes com a sua colagem constante ao PS ainda o torna mais negativo. Em Novembro de 2008, a direcção do BE resolveu finalmente romper com Sá Fernandes, mas sem colocar em causa o acordo de Lisboa ou fazer um balanço autocrítico do mesmo.

Desde o primeiro momento manifestámos a nossa oposição ao Acordo com o PS e consideramos que a repetição do Acordo de Lisboa, será sempre um erro, quer só lá esteja o Bloco e o PS, quer seja alargado a outras forças políticas de esquerda ou listas de cidadãos.

O que torna o Acordo de Lisboa um erro político a não repetir é a inclusão do PS enquanto partido responsável pela situação do país, e a ilusão de que há dois PS's.

Após o desastre que foi a experiência com Sá Fernandes neste último mandato, qualquer tentativa imediata de “trocar” este Sá Fernandes por outro qualquer não iria mobilizar internamente o partido nem iria ser compreendido pelo eleitorado. Seria desastroso para o BE se falhasse de novo a tentativa de “abertura” agora com um período temporal de quatro anos. O apoio a Helena Roseta ou a elaboração de uma lista conjunta com esta, ainda fará menos sentido depois da convergência recentemente alcançada com Costa.

OS NOSSOS COMPROMISSOS

(a) Apresentação de listas próprias do Bloco de Esquerda nas autárquicas, com programas claros de alternativa nacional ao PS e à sua política de direita e de alternativa local, às gestões PS/PSD/CDU, conforme as situações concretas.

No caso em que não seja possível apresentar listas próprias, ou quando se conclua que é possível e desejável a criação de convergências com listas de cidadania, estas terão de se basear em programas de ruptura com o governo do PS e a sua política, e que não colidam com os princípios do Manifesto Autárquico do BE.

(b) Recusa de acordos pré-eleitorais com a direita ou com o PS, enquanto Partido de Governo, não sendo credível que em qualquer lugar surja um PS que afronte o PS de Sócrates. Recusa de acordos pré-eleitorais à esquerda que não pressuponham a aceitação dos princípios acima enumerados, nomeadamente a recusa de acordos com a direita ou o seguidismo acrítico em relação a gestões autistas, prepotentes e que mantêm o clientelismo, a falta de respostas às injustiças sociais e a cedência às pressões dos interesses imobiliários dos construtores civis e dos impérios comerciais. Recusa de acordos pós-eleitorais baseados nos mesmos pontos.

CAPÍTULO IV.

POR UM BE MILITANTE E DEMOCRÁTICO, INSERIDO

NA CLASSE TRABALHADORA

A militância e a democracia interna, com organismos de base fortes e participados são o principal passo para combater a institucionalização do BE.

4.1. A VIDA INTERNA DO BE: MAIS MILITÂNCIA E DEMOCRACIA PRECISA-SE!

4.1.1. REFORÇAR A MILITÂNCIA E ACTIVISMO DOS BLOQUISTAS

Nos últimos tempos, o BE tem vindo a crescer em termos de aderentes. Da campanha de adesões lançada na sequência da V Convenção, resultaram mais de 1600 novas adesões.

No entanto, das novas adesões ao partido não resultou um equivalente aumento do activismo e participação. Antecipámos este facto, defendendo a realização de uma campanha de adesões política e não burocrática, que se traduzisse num reforço efectivo do Bloco enquanto força actuante na sociedade portuguesa, nos locais de trabalho, nas escolas e nos movimentos sociais, e não centrada nos parlamentos.

O funcionamento do Bloco a nível interno continua a apresentar deficiências, tanto ao nível da participação como da democraticidade do processo de tomada de decisões. A falta de militância activa da maior parte das e dos aderentes é um problema, e o modelo pelo qual se organiza o BE não a estimula. A falta de reuniões de base regulares, a quase inexistência de núcleos por escola ou local de trabalho, dificulta a organização do activismo.

Ao mesmo tempo, este modelo de pirâmide, em que quase não se discute em plenários com carácter de decisão, cria um novo distanciamento da base face à direcção, reforçando o afastamento da militância. O melhor exemplo dessa falta de democracia foi a política do “facto consumado”, apresentada relativamente ao Acordo de Lisboa. Com efeito, e como todo o BE sabe, a própria MN só foi convocada para discutir e ratificar o Acordo com o PS já depois de ele estar assinado e colocado em prática.

Assim, a insuficiente democracia acentua a falta de militância e a falta de militância serve de desculpa para a insuficiente democracia.

4.1.4. ACTIVIDADE PARLAMENTAR E ACTIVISMO POLÍTICO: QUE PRIORIDADES?

O centro da actividade do BE tem sido, desde há vários anos, o trabalho parlamentar. No entanto, enquanto socialistas e activistas dos movimentos sociais que somos, sabemos que a mudança fundamental da sociedade não virá do parlamento, mas das lutas sociais que conseguirem derrotar este sistema.

Comprendemos que a actividade parlamentar é imprescindível, mas não pode ser o motor da nossa política, ao contrário, deverá ser a influência social a suportar a proposta legislativa.

O esforço e actividade das e dos profissionais do BE não devem estar, assim, essencialmente centrados no apoio ao Grupo Parlamentar. Num ano de eleições é, sem dúvida, necessário centrarmos os nossos esforços nas batalhas eleitorais, mas colocando-as ao serviço do reforço e construção de mais núcleos regionais e sócio-profissionais, para que saíamos das eleições não apenas com mais votos, mas acima de tudo mais capacidade de mudança social. É com essa perspectiva de construção na base que queremos pensar e organizar a actividade eleitoral e o que vem depois dela.

OS NOSSOS COMPROMISSOS

(a) A Mesa Nacional deve reunir com maior regularidade para acompanhar e decidir sobre as questões centrais da política do BE, deixando de ser um órgão meramente consultivo (muitas das vezes posteriormente à tomada de decisões), para ser um verdadeiro órgão de discussão, decisão e direcção do BE. Pela mesma ordem de razão a Comissão Política deve ser eleita proporcional e não maioritariamente, permitindo a representação das diferentes correntes internas.

(b) O BE deverá incentivar a organização militante baseada primordialmente em aglutinados em núcleos regionais. Ambas as formas de organização devem ser pautadas pela realização de plenários/assembleias com poder de decisão sobre núcleos sócio-profissionais de escola, local de trabalho ou sector profissional, aglutinados em núcleos regionais. O poder de decisão deve abranger a orientação política sectorial e a realização de actividades.

(c) O BE deve incentivar a organização local de actividades próprias das distritais e concelhias, não devendo estes organismos serem tomados pela direcção nacional como meramente tarefeiros em iniciativas de carácter central. As jornadas nacionais

de acção do BE devem por isso ser preparadas em conjunto com estes organismos, que são quem garante a sua realização nos vários locais do país.

(d) As coordenadoras dos grupos de trabalho devem ser eleitas em conferências que decidam a política e as linhas de actuação para esses sectores, no âmbito da orientação mais global do BE.

No caso da juventude deverá também manter-se a realização de Conferências de Jovens (até aos 30 anos) e eleição da respectiva Coordenadora Nacional.

4.2. POR UM BE COMBATIVO INSERIDO NA CLASSE TRABALHADORA.

4.2.1. COORDENADORA DO TRABALHO E AS LIMITAÇÕES DA SUA ACTUAÇÃO

A Mesa Nacional elegeu uma Coordenadora Nacional do Trabalho, de cuja actividade se regista como resultado visível o jornal ParticipAcção (sem publicação regular) e o encontro de CT's. Esta Coordenadora não coordena o trabalho das e dos sindicalistas e outros activistas do Bloco em termos nacionais, limitando-se a reunir para acompanhamento das lutas que se vão desenvolvendo nos diversos sectores.

4.2.2. TRANSFORMAR A INFLUÊNCIA ELEITORAL DO BE EM TRABALHO SINDICAL

O crescimento da influência política e eleitoral do Bloco de Esquerda não tem tido a indispensável consequência de um fortalecimento orgânico na classe trabalhadora. Também neste sector fundamental da sociedade, é preciso que a existência do Bloco signifique um abanar das velhas estruturas burocratizadas, que têm amarrado a classe trabalhadora às políticas reformistas e conciliadoras que, nos últimos 30 anos, têm produzido uma permanente perda de direitos e salários, e que têm aberto o caminho à ofensiva dos Governos e do patronato, estando hoje a exploração, a precariedade, os horários e os ritmos de trabalho em risco de atingir os níveis existentes no século XIX.

O Bloco constituiu-se para ocupar um espaço político de alternativa à velha esquerda, e, se esta alternativa era necessária e sentida para o conjunto do país, dentro da classe trabalhadora ela é ainda mais necessária e sentida pelos trabalhadores, que desconfiam e se sentem traídos por muitas políticas das actuais direcções do movimento sindical, seja dos sindicatos da UGT, seja dos sindicatos da CGTP.

4.2.3. UNIDADE PARA CONSTRUIR ALTERNATIVAS COMBATIVAS E DEMOCRÁTICAS, EM OPOSIÇÃO ÀS BUROCRACIAS SINDICAIS

A construção de movimentos de unidade alternativos às direcções burocráticas dos sindicatos, de movimentos que pugnem por uma acção democrática e combativa, quer seja no âmbito sindical quer seja nas CTs deve ser a proposta das e dos militantes e aderentes do BE que intervêm no sector laboral.

Pugnamos pela unidade dos activistas para fazer avançar as lutas, para colocar as reivindicações dos trabalhadores num plano vencedor. É neste sentido que precisamos de fazer um balanço das lutas passadas e ver quais as políticas e as direcções que têm conduzido as lutas à derrota. O caminho da construção de uma alternativa não pode ser o da unidade com os que continuam uma acção sindical burocrática e responsável por inúmeras derrotas.

Assim, as e os activistas do BE devem recusar o apoio a listas promovidas pelos dirigentes sindicais responsáveis por acordos que vão contra as reivindicações da classe, como aconteceu no caso recente dos professores (através da participação no SPGL e SPN), e/ou cuja prática burocrática tem sido desmobilizadora das lutas e da participação da base na vida sindical ou da empresa. Mais, os activistas do BE devem juntar-se com todos aqueles que lutam por uma alternativa ao dirigismo burocrático vigente.

A crítica e a nossa acção sindical em prol da democracia e da combatividade não podem ser orientadas para aceitarmos ser parceiros minoritários dos dirigentes aos quais tínhamos pretendido ser alternativa.

OS NOSSOS COMPROMISSOS

(a) Organizar o Bloco na base da classe trabalhadora, construindo alternativas sindicais democráticas e combativas.

(b) Constituir comissões por sector de actividade, a partir da Comissão Nacional de Trabalho, para promover a organização de núcleos por sector/empresa.

(c) Incentivar as e os activistas do BE para que orientem a sua actividade para promover a constituição de movimentos de unidade, em oposição às burocracias sindicais, para uma acção democrática e reivindicativa nos diversos sectores, sindicatos e CT's.

(d) Assegurar na Comissão Nacional de Trabalho especial atenção no apoio às e aos activistas do Bloco, para apresentação de listas alternativas candidatas às direcções sindicais e às CT's.

COMPROMISSOS PARA CUMPRIR

Os compromissos que assumimos perante as e os aderentes do Bloco são para cumprir. Foi isso mesmo que fizemos desde a última Convenção, quer enquanto membros da Mesa Nacional, quer como eleitas e eleitos nas comissões nacionais e nas coordenadoras locais.

Defendemos uma política socialista e é assim, disponíveis para a unidade na acção, sem sectarismo, mas com princípios inegociáveis, que actuamos, nos sindicatos, nas CT's, nas autarquias, no movimento associativo e nas universidades.

Assim o faremos no futuro próximo, influenciando a linha política do Bloco, na recusa de derivas ou compromissos que contrariem uma *“acção política democrática como garantia de transformação social, e a perspectiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão”* (Estatutos, Artº 1).

Sem determinismos, sabendo que a acção política terá que ser adequada à evolução dos contextos, das mobilizações e das lutas, deixamos claro às e aos bloquistas que conosco não haverá surpresas como o Acordo de Lisboa.

Subscritoras e subscritores da moção “*Combater o Capitalismo. Ousar o Socialismo.*”

João Delgado – Braga	Bruno Mendes – Felgueiras	Fernanda Ribeiro – Setúbal
Gil Garcia – Amadora	Miguel Inocêncio – Faro	Luís Franklin – Coimbra
Isabel Faria – Lisboa	Diana Curado – Lisboa	Lina Pereira – Lisboa
João Pascoal – Lisboa	Hugo Bastos – Lisboa	Elisabete Santos – Lisboa
Daniel Arruda – Seixal	Cláudio Kuster – Oeiras	André Rodrigues – Coimbra
Flor Neves – Coimbra	Carla Mendes – Viseu	Fernando Martinho – Amadora
Gabriela Mota Vieira – Açores	Nuno Gerales – Braga	Liliana Inverno – Coimbra
José Franco – Lisboa	José Rui Machado – Guimarães	Jorge Fontes – Lisboa
António Grosso – Oeiras	Deolinda Roda – Leiria	José Ferreira – Amadora
Daniel Martins – Braga	Rui Machado – Famalicão	Mário Grosso – Setúbal
Teresa Alpuim – Oeiras	Hélder Agapito – Benavente	Vítor Fonseca – Amadora
Pedro Fidalgo – Porto	Flávia Pulido – Lisboa	António Fernandes - Lisboa
João Reis – Coimbra	Raquel Oliveira – Coimbra	Gil Ferreira – Sintra
Eduardo Henriques – Almada	João Antunes – Coimbra	Inês Reis – Coimbra
Cristina Portella – Lisboa	Amandine Fonseca – Lisboa	José Nicolau Gomes – Amadora
Carlos Ordaz – Lisboa	Octávio Raposo – Lisboa	Vasco Basílio – Oeiras
André Pestana – Lisboa	Ivo Silva – Coimbra	Pedro Varela – Lisboa
Celina Adriano – Lisboa	Ana Paula Oliveira – Benavente	Tiago Castelhana – Amadora
Manuel Afonso – Coimbra	José Carlos Vinagre - Almada	João Viegas – Coimbra
João Marques – Lisboa	Délio Figueiredo – Lisboa	João Lopes – Lisboa
Joana Oliveira – Famalicão	Norberto Vidinhas – Amadora	

Delegado da Moção na COC – Gil Garcia